

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN: A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA A PARTIR DO COMPROMETIMENTO ÉTICO COM OS VENCIDOS

[MEMORY, FORGETTING AND POLICY IN WALTER BENJAMIN: THE REINTERPRETATION OF HISTORY FROM THE ETHICAL COMMITMENT TO THE LOSERS]

José Luís de Barros GUIMARÃES

Doutorando em Filosofia Prática. Mestre em Filosofia pelo programa de Pós-graduação em Ética Epistemologia. Professor Assistente I da UFPI, no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)
E-mail: zeluis@ufpi.edu.br

Resumo

Pretendemos construir neste ensaio uma crítica aos estados totalitários e repressivos, bem como as sociais democracias a partir do reconhecimento de que ambos os modos de organização do Estado praticam deliberadamente as denominadas políticas de esquecimento. Tendo como arcabouço conceitual central as análises políticas de Walter Benjamin (1892-1940), partiremos da premissa de que o modo de vida imposto pela sociedade moderna capitalista contribuiu de modo efetivo para o esfacelamento da cultura, da memória e das narrativas dos grupos sociais que sempre estiveram à margem dos interesses políticos do capital. Para combatermos essa nova expressão da barbárie que permanece em curso, faz-se necessário pensarmos na construção de uma política da memória baseada em um método de interpretação historiográfico que se comprometa eticamente com a derrota dos vencidos, e não com triunfo dos vencedores. E a proposta “metodológico-hermenêutica” benjaminiana, de reinterpretação dos fenômenos políticos com base nas ruínas da história, nos parece ser uma importante ferramenta no combate as políticas de esquecimento.

Palavras-chave

Narrativa. Política de esquecimento. Estados totalitários. Social democracia.

Abstract

In this essay, we intend to build a critique of totalitarian and repressive states, as well as social democracies, based on the recognition that both deliberately practice the so-called policies of oblivion. Having as a central conceptual framework the political analyzes of Walter Benjamin (1892-1940), we will start from the premise that the way of life imposed by modern capitalist society has effectively contributed to the dismantling of culture, memory and narratives of all those who they have always been outside the political interests of capital. To combat this new expression of barbarism that remains ongoing, it is essential that we think of a memory policy that proposes a method of interpreting history ethically committed to the defeat of the defeated, and not the triumph of the sellers. And this Benjaminian “methodological-hermeneutic” proposal, of reading political phenomena from the ruins of ruins, seems to us to be an important tool in combating the politics of forgetting.

GUIMARÃES, José Luís de Barros. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN: A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA A PARTIR DO COMPROMETIMENTO ÉTICO COM OS VENCIDOS. p. 104-128.



Keywords

Memory. Narrative. Forgetting policy. Totalitarian states. Social democracy.

1. POLÍTICA DA MEMÓRIA E POLÍTICA DO ESQUECIMENTO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Pensadores e pensadoras das mais diversas áreas do conhecimento têm posto no centro das reflexões políticas contemporâneas a necessidade historiográfica de se resgatar eventos traumáticos grande eloquentes – por partilharem do procedimento metodológico de que o esforço social de *reminiscência* das nossas dores profundas são fundamentais – para que as comunidades políticas tenham efetivamente as condições materiais e culturais de superar as mazelas econômicas que marcam a sociedade nos dias atuais. E os fenômenos trágicos de proporções incomensuráveis que produziram fraturas a história da humanidade lamentavelmente são inúmeros.

O massacre em massa dos judeus, ciganos, homossexuais nos campos de concentração nazista durante a segunda guerra mundial, a desintegração dos corpos orientais a partir do bombardeio de Hiroshima e Nagasaki, a política de segregação racial *do apartheid* imposta pelos países Europeus à África do Sul, os regimes militares repressivos e sanguinários instaurados na América Latina e no Brasil, na segunda metade do século XX, são exemplos de fatos históricos que os intelectuais acreditam ser fundamentais rememorar. Isso se deve ao fato de que além dos problemas estruturais não resolvidos oriundos e/ou intensificados por tais acontecimentos traumáticos, há também uma espécie de consenso intelectual de que tais indignidades humanas devem servir de aprendizado para que a sociedade não incorra nos mesmos erros cometidos no passado.

Só assim teríamos a possibilidade de embarcar na “locomotiva da história” – para usar de uma expressão metafórica da filosofia marxiana – em direção a construção de uma sociedade mais justa. A ideia é que os trilhos percorridos pela tal “locomotiva” nos leve ao destino socialmente almejado, a saber: a supressão absoluta das violências, opressões, exclusões e desigualdades das mais diversas ordens que continuam presentes no âmbito do terreno político moderno capitalista no qual estamos (des)assentados, afinal de contas, há uma série de grupos sociais que continuam à margem do pacto iluminista burguês que fundou aquilo que conhecemos atualmente por Estado democrático de direito.



É como se os filósofos, historiadores, cientistas sociais e psicanalistas que buscam compreender as *transformações dos fenômenos sociais modernos*, por intermédio da categoria da *memória e esquecimento*, tivessem internalizado a máxima do velho Marx de que precisamos evitar que a história se repita como farsa, uma vez que ela já apresentou no palco social da existência como tragédia. Rememorar as nossas dores profundas, isto é, expor todas nossas feridas históricas, que apesar dos séculos estão longe de cicatrizar, passou a ganhar centralidade no debate político.

E as razões são inúmeras. Duas delas merecem destaque para os propósitos da nossa reflexão aqui nesse ensaio: 1 – a necessidade de adquirir a clarividência filosófica dos germes anticivilizatórios¹ presentes em nosso modo de vida se quisermos construir, de fato, uma comunidade política realmente emancipada e ; 2 – o Estado político, seja em sua face autoritária ou social democrática, como pretendemos desenvolver adiante, promove de modo intencional as denominadas *política de esquecimento*.

É por esse motivo que a professora Maria Mazzucchi, em seu texto intitulado *Política da memória e política do esquecimento* (2011), assinalou que “o estudo sobre políticas memoriais pode ser abordado como a análise do conjunto de intervenções dos atores públicos visando produzir e impor à sociedade, uma memória pública oficial e a favor do monopólio de instrumentos da ação pública” (MAZZUCCHI, 2011, p. 107). Expressando-se em outros termos, o poder político possui mecânicos institucionais que impõem uma espécie de memória oficial em um determinado período histórico. Nesse sentido, muitas outras perspectivas e narrativas relacionadas a um evento específico acabam por não ser “ouvidas” ou privilegiadas na esfera do espaço público.

Vale ressaltar que as políticas de esquecimento se materializam em gradações e faces diferenciadas. A esse respeito Johannn Michel² em seu texto *Podemos falar de uma*

¹ Teodor Adorno em seu famoso texto “Educação após Auschwitz” afirmou que se quisermos evitar que acontecimentos catastróficos como a morte em massa de seres humanos em campos de concentração, como Auschwitz, torne a se repetir é urgente que identifiquemos no âmbito da cultura os germes anticivilizatórios que estão presentes em todas as esferas da vida humanas. Mapear as razões pelas quais tais fenômenos políticos aconteceram é o primeiro passo para evitar a repetição de tais eventos. Estamos usando o termo na reflexão que propomos no mesmo sentido do filósofo, ainda que a reflexão proposta por Adorno esteja contemplando o binômio educação-política. Para uma compreensão mais pormenorizada CF: ADORNO. **Educação e Emancipação**. 2º Ed. São Paulo: Paz e terra, 2020.

² Johann Michel é professor de Ciência Política na Universidade de Poitiers e no Institut d’Études Politiques em Paris.

É pesquisador vinculado ao Instituto Marcel Mauss (EHESS), membro do Conselho Científico do Fundos Ricoeur.

política do esquecimento? (2010) apresentou uma tipologia³ sobre como as políticas da anti-memória são efetivadas no campo prático. Merecem destaque o esquecimento-manipulação e o esquecimento-destruição. O primeiro tipo pode entendido como “um procedimento ativo e voluntário, por vezes estruturado, de esquecimento diretamente imputável aos atores públicos encarregados de elaborar e transmitir a memória pública oficial” (MICHEL, 2010, p. 18). Em razão dos interesses daqueles poucos que possuem capital econômico e político procura-se literalmente manipular os fatos por meio de uma imposição narrativa sobre aquilo que se pretende objetivamente silenciar e/ou esconder. Esta tática mais “branda” de política de esquecimento – a aspas aqui são realmente necessárias – é usada com bastante frequência nas sociais democracias que, na maior parte das vezes, manipulam informações e silenciam narrativas em nome do progresso.

Já o segundo tipo, isto é, o esquecimento-destruição, “vincula-se a categoria mais violenta de esquecimento, a mais radical e não objetiva à reconciliação nacional. Essa forma instituída de esquecimento é utilizada no sentido de construir uma memória oficial hegemônica em detrimento de memórias coletivas concorrentes que são o objeto de uma ação sistemática de aniquilação” (MICHEL, 2010, p. 23). Aqui o Estado usa de todo o seu poder e força para aniquilar pessoas, discursos, histórias, documentos e tudo mais que se apresente como uma narrativa insurgente, que se contraponha ou conteste a versão oficial da história. O propósito aqui é eliminar em termos concretos a possibilidade hermenêutica de reinterpretar os fatos do ponto de vista comunitário.

Compreende-se com isso o porquê os fenômenos políticos passaram a ser reinterpretados a partir de uma perspectiva alinhada há uma espécie de “resgate da memória”, pois encontramos por parte do Estado, em contextos específicos, ações que manipulam e/ou aniquilam determinados eventos históricos que não deveriam ser silenciados do espaço público e, conseqüentemente, da memória coletiva do povo. Não é à toa que pensadores dais mais diversas áreas têm procurados apresentar as suas análises centradas em documentos, relatos e imagens que sirvam de base para a construção de narrativas que coloquem em xeque as “versões oficiais da história”, pois “os arquivos,

³ Nesse texto o autor trata da política do esquecimento ou da “anti-memória” a partir das seguintes tipologias: esquecimento como omissão, como negação, como manipulação e, por fim, esquecimento como destruição. Resolvemos nos apropriar dos dois últimos por acreditar que tais análises sobre política da memória servem, a título de consideração inicial, para a reflexão que propomos. Para uma compreensão mais pormenorizada desta tipologia CF: MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010.

artefatos e relatos do passado têm sido utilizados como provas de um passado que foi deliberadamente esquecido pelas versões oficiais da história. Procura-se lembrar tudo aquilo que foi deliberadamente colocado no limbo da história.” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.99).

Nesse sentido, o esforço teórico de se construir narrativas contra-hegemônicas com base nesse lugar “não oficial”, “marginal”, “subterrâneo” da memória, marcadas pelo silenciamento, pelo não dito, e por um “ressentimento moral legítimo⁴” dos grupos sociais que nunca provaram o sabor da vitória, nesta batalha épica e dessimétrica da luta de classes, torna-se condição *sine qua non* para confrontarmos a contrapelo essa política de esquecimento realizada pelos governos autoritários, bem como pelas Sociais democracias que, em nosso entendimento, seguem acriticamente os trilhos do positivismo e do progresso, na medida que “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o estado de exceção em que vivemos é a regra” (BENJAMIN, 2013, p. 13)

É exatamente com base nesta perspectiva teórica centrada nos lutos, lutas e narrativas dos grupos sociais que sempre estiveram à margem do sistema político, seja em sua face autoritária ou mesmo nos períodos sociais democráticos (democracia para quem?) que a nosso texto pretende seguir. A nossa análise privilegiará neste ensaio a narrativa silenciada dos “condenados da terra”, para para usar de uma expressão do livro de Fanon, isto é, daqueles que nunca tiveram a possibilidade de contar as suas histórias em razão das políticas de esquecimento permanecerem em curso.

A fim de melhor circunscrever a nossa análise filosófica neste ensaio, iremos trabalhar com as reflexões políticas presentes nos escritos de Walter Benjamin (1892-1940). Partindo de três textos celebres do autor, a saber: *Sobre o conceito de História* (1994); *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov* (1994) e *Experiência e pobreza* (1994), pretendemos a nossa crítica as políticas de esquecimento. Procuraremos defender a tese, como já sublinhamos, que embora as políticas de esquecimento adquiram a sua face mais aterrorizante nos períodos em que o cenário político é marcado pelos

⁴ Esse termo “ressentimento moral legítimo” possui conexão com a ideia defendida por Walter Benjamin de que a reinterpretação histórica na perspectiva dos oprimidos parte de uma vingança legítima aos vencedores. É por esse motivo que Spiga assinalou que “o passado é verdadeira força motriz de todas as *Teses* de Benjamin. Passado oprimido, passado para vingar, passado para resgatar, passado como passado inacabado, passado como lembrança não nostálgica, passado e origem, passado e apocatástase, passado como fundamento a ser destruído e salvado”. Para um debate mais pormenorizado CF: SPIGA, Deborah. O passado como rememoração e redenção em Walter Benjamin. **Revista de Filosofia**, Amargosa -BA, v.20, n.3, p.164-181, 2020.



governos autoritários e repressivos, elas permanecem sendo efetivadas de modo deliberado nas sociais democracias. Tudo isso porque o germes-anticivilizatórios que estão por trás desses contextos políticos específicos são os valores cultivados pela sociedade moderna capitalista. Para fins puramente didáticos, resolvemos sistematizar os nossos argumentos críticos, com relação as políticas de esquecimento, regimes totalitários e sociais democracias, levando em consideração três momentos.

No primeiro momento, traremos as provocações filosóficas benjaminianas relacionadas aos conceitos de memória e esquecimento a partir da constatação do autor de a sociedade moderna capitalista tem produzido do ponto de vista cultural um ambiente cada vez mais pobre de experiências transmissíveis ou, expressando-se em outros termos, a nossa capacidade de intercambiar experiências tem se tornado um evento cada vez mais raro. Isso porque esse modo de vida está completamente comprometido com os valores do capital. O pensador ligado a escola de Frankfurt observa que as vivências individuais têm se sobreposto as experiências coletivas e, com isso, as memórias vão se tornando uma espécie de argila amorfa, fácil de manipular e/ou destruir. E o modo o modo de vida imposto pela sociedade moderna capitalista é o germe-anticivilizatório que tem atentado como a arte de narrar ou contar boas histórias, do ponto de vista coletivo.

No segundo momento, pretendemos evidenciar como as políticas de esquecimento são, de fato, efetivadas nos contextos políticos em que o Estado se materializada de forma autoritária e repressiva. De como a barbárie na sua expressão mais nua e crua realiza o esvaziamento da memória coletiva a partir do aniquilamento e silenciamento das vozes que contemplaram e vivenciaram uma verdadeira “experiência de choque”. Como muito bem assinalou Benjamin, aqueles que conseguem sobreviver as torturas, assassinados, destruição dos territórios, produzidos pelo horror da guerra, voltam mais pobre de experiências e, por esse motivo, sem ter nada o que comunicar.

Por fim, no terceiro e último momento deste ensaio, pretendemos evidenciar que a crítica de Benjamin as denominadas “políticas de esquecimento”, embora o autor não tenha usado essa terminologia em específico para caracterizar a sua reflexão, permanecem em curso nas sociais democracias, tendo em vista que o Estado nesta configuração específica segue de maneira dogmática os trilhos anti-memoriais do progresso. Trabalha-se com uma falsa ideia de reconciliação material e política entre vendedores e vencidos, para usar de uma expressão presente na filosofia benjaminiana, em nome do desenvolvimento



tecnológico da sociedade. Todavia, essa perspectiva centrada em um ordenamento social do trabalho acaba por silenciar as narrativas contra-hegemônicas que procuram denunciar o lado “podre” do progresso, uma vez que o Estado se utiliza de uma série de mecanismos institucionais para forjar uma memória pública e oficial da história.

Todos os grupos, narrativas e discursos quem tentam “puxar os freios de emergência” da locomotiva desenfreada que segue os trilhos do progresso tecnológico, acabam sendo classificadas literalmente como atrasadas, como inimigas do aprimoramento do êxito civilizatório da humanidade. Avançam esses que não se preocupam em termos concretos com as lutas, lutos, saberes, arte e identidade cultural dos vencidos da história, afinal de contas, tais narrativas vão de encontro aos interesses desumanos do mundo do capital. O fato é que a história oficial aceitou de maneira acrítica o mito moderno do progresso. Resta-nos, como narrativa insurgente, propor um método de reinterpretação da história que se comprometa do ponto de vista ético em ouvir e amplificar as vozes dos vencidos no cenário político contemporâneo.

2. A SOCIEDADE MODERNA CAPITALISTA E O FIM DA ARTE DE NARRAR

No escrito de Walter Benjamin intitulado *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*, publicado em 1933, encontramos logo nas primeiras linhas uma constatação que no mínimo é digna de atenção, a saber: a arte de narrar ou de contar boas histórias está literalmente em vias de extinção. Esta afirmação de que estamos gradativamente perdendo a capacidade cognitiva de produzirmos narrativas (sejam orais ou escritas) sobre o universo de acontecimentos históricos que marcam a nossa trajetória no mundo, é, em última instância, o reconhecimento de que não estamos conseguimos mais sobressaltar do fio da vida nenhum evento marcante. Podemos inferir como isso que estamos gradativamente perdendo a capacidade de atribuir sentido as nossas experiências, por não conseguirmos mais depositar nada de relevante no “baú memória coletiva”. É como se todos os acontecimentos marcantes passassem a beber das águas do rio do esquecimento.

Esse atrofiamiento da faculdade de “intercambiar experiências”, para usar de uma expressão do vocabulário filosófico benjaminiano, é em grande parte resultado do ambiente cultural produzido pela política que permanecem a serviço da lógica do capital, seja na sua expressão mais violenta (regimes repressivos e totalitários); seja em sua manifestação mais



“branda” (social democracia). É interessante sublinhar que os problemas estruturais continuam pendente e que a maior parte dos seres humanos continuam sendo obrigados a enfrentarem concretamente uma guerra diária imposta pelo capital para lutar pela sua sobrevivência no mundo. Essa nova cultura retire do ponto de vista do *ethos* o senso comunitário e substitui por valores centrados na preservação do indivíduo.

Esse é um dos motivos que nos possibilita compreender a razão de Walter Benjamin ter afirmando em *O narrador* que a arte de contar boas histórias está em vias de extinção. A faculdade humana de intercambiar experiências está ficando cada dia mais atrofiada. Não há um ambiente propício para que os narradores possam florescer. Podemos confirmar essa linha de pensamento nas palavras do próprio autor:

A arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente [...] É como se estivéssemos privados que nos parecia segura e infalível: a faculdade de intercambiar experiências [...] Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheira, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra material e a experiência ética pelos governantes. (BENJAMIN, 1996, p. 197-198)

Se nas civilizações pré-capitalistas, em que a transmissão do modo de ser, existir e resistir no mundo era centrada na cultural oral – aqui a faculdade de intercambiar experiências, parecia ser algo “indestrutível” do ponto de vista social – agora o ambiente político contemporâneo marcado por guerras, pela experiência econômica da inflação, pela lida diária dos indivíduos em busca das condições materiais de subsistência, têm produzindo um ambiente completamente inóspito e improdutivo para o surgimento de narrativas que nos possibilite atribuir sentido e significado a vida, por intermédio de experiências que nos conectem comunitariamente com o tradição.

Já é possível notar, com a constatação de que a arte de narrar ou contar boas histórias está preste a chegar ao fim, que o que temos em curso são as denominadas políticas da anti-memória ou esquecimento. Benjamin apresenta com muita clareza que é o modo de vida imposto pelo sistema capitalista o grande responsável por construir o ambiente social que atrofia a faculdade humana de comunicar e situar historicamente as suas experiências no mundo. É por esse motivo que Konder sublinhou, em *Walter Benjamin: marxismo e melancolia* (1999), que: “falamos exaustivamente de cultura, mas



não conseguimos impregnar a rudeza das nossas vidas, nem o mundo em que vivemos, com os valores culturais a que se referem os nossos discursos” (KONDER, 1999, p. 80).

Ainda que Benjamin não tenha desenvolvido a sua reflexão do ponto de vista terminológico como “política de esquecimento”, torna-se perceptível que para o autor são as experiências traumáticas ocasionadas pelo horror das guerras ou mesmo na luta diária para sobreviver o responsável por esse silenciamento, por essa desconexão memorial dos indivíduos com a sua própria história. A sociedade capitalista-burguesa vai criando uma cultura do esquecimento na medida em que vai destruindo o ambiente de onde florescem as narrativas de homens e mulheres capazes de conectar comunitariamente o passado e o presente a partir de uma atualização da história com bases nos seus relatos memoriais sobre o mundo.

O capitalismo, pensando aqui como como esse grande germe anti-civilatório que “envenena” o solo pelo qual brotam as narrativas e experiências, vai destruindo em um ritmo acelerado os saberes dos grupos que possuem a narrativa como a principal ferramenta de transmissão e atualização dos valores, isto é, de preservar o seu modo de ser, sentir, agir no mundo. Trata-se de um processo de aculturação na medida em que estão se retirando os traços distintivos de um povo naquilo que ela possui de mais potente e essencial, a saber: os valores, os ritos, o modo de produção e organização social.

Mas a preservação de um modo de vida é possui pouca importância em face do dos valores do capital, dos interesses da burguesia. Conseqüentemente, as tradições centradas na oralidade, nesta capacidade de intercambiar experiências, vai sendo apagada por uma “nova cultura”. Não é à toa que Michael Lowy (2019, p. 24), seguindo as reflexões benjaminianas, assinalou que “o capitalismo é a ruína do ser, ele substitui o ser pelo ter, as qualidades pelas quantidades mercantis, substitui as relações humanas pelas monetárias, os valores morais ou culturais pelo único valor que vale, o dinheiro”

Em *Narrativa em Walter Benjamin: os problemas da história, da cultura e da contemporaneidade* (2014), Castro apresenta uma análise que vai nessa mesma direção do nosso argumento:

Fruto da sociedade burguesa, a nova cultura, segundo Benjamin, atribuiu à experiência dos homens a liberdade de desfrutar o que ela lhes oferecia, mas ao mesmo tempo os transforma em seres incapazes de narrar o que acontece consigo próprios; pois o que eles conseguem narrar tão somente se restringe às experiências determinadas pela sociedade capitalista em que vivem, que é repleta de mecanismos para entretê-los, mas que apaga



e anula a sua história propriamente humana. Isso não ocorre apenas no nível da experiência cotidiana, como também na formação cultural dos indivíduos (CASTRO, 2014, p. 164)

Se a sociedade política em que vivemos têm produzido um ambiente social que desprende os indivíduos das experiências coletivas, contribuindo, deste modo, para que as histórias que precisam ser contadas caiam no abismo do esquecimento, o questionamento que podemos formular é o seguinte: porque o que é vivido não consegue mais se transformar em uma experiência transmissível?

Seguindo os passos da filosofia benjaminiana, uma maneira possível de compreendermos as razões deste esvaziamento da memória, ou, expressando-se em outros termos, desta política de esquecimento, reside no fato de que as vivências (*Erlebnis*) estão se sobrepondo as experiências (*Erfahrung*). De modo bastante simplificado, o filósofo utiliza *Erfahrung* para tratar do conhecimento adquirido através de uma experiência acumulada, prolongada, integral e comunitária.

Em contrapartida, *Erlebnis*, corresponde à vivência do indivíduo solitário, privado, isolado. As primeiras brotam de um modo de se relacionar como a vida artesanalmente. As últimas seguem a lógica desenfreada da produção industrial. O ritmo acelerado desse estilo de vida que herdamos da modernidade é tão intenso que a faculdade da memória não consegue processar as informações e transformá-la em uma experiência genuína, autêntica. Consequentemente, as narrativas que eram produzidas com base na matéria da memória coletiva, integral, agora vão sendo substituídas por relatos subjetivos e fragmentados da realidade.

É coletivo dando lugar ao indivíduo, é a experiência sendo apagada pelas vivências. Vamos perdendo de modo gradativo as histórias centradas em uma experiência autêntica que conecta o narrador com a tradição em detrimento relatos subjetivos e desconexos sobre a vida. O excerto do artigo *Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin* (2014) encontramos a seguinte asserção:

A análise realizada por Walter Benjamin sobre o fim da experiência e a predominância da vivência leva à constatação da substituição de uma forma pela outra, num mundo em que autor e leitor se fragmentam, transformando a narrativa tradicional e única em múltiplas narrativas subjetivas. O herói moderno se individualiza, tornando-se contingente, problemático, frágil e perdido no anonimato das massas. (FREITAS, 2014, p. 83).



Esta distinção conceitual nos possibilita entender o porquê estamos perdendo a capacidade de contar as nossas histórias, pois o ambiente social produzido pela política capitalista tem rasgado o tecido da nossa própria possibilidade de ter experiências. Somos literalmente uma sociedade marcada pelo desprendimento histórico do indivíduo com a sua tradição. A capacidade de intercambiar experiências na relação intersubjetiva com os sujeitos de uma determinada comunidade é enfraquecida pelas vivências isoladas da esmagadora maioria dos indivíduos que são obrigados a renunciar da própria vida para poder sobreviver. Vivemos em um tempo de extrema pobreza de experiências.

No seu celebre texto *Experiência e pobreza*, publicado em 1934, Benjamin afirmou que essa incapacidade de conectar com o patrimônio cultural pode ser compreendida como uma nova face ou expressão da barbárie humana, pois de nada serve os bens culturais produzidos ao longo da história da humanidade se não há uma experiência efetiva que nos conecte concretamente a ela. Vejamos:

Aqui se revela, com toda clareza, que nossa pobreza de experiências ou apenas uma parte da grande pobreza que recebeu novamente um rosto, nítido e preciso como o do mendigo medieval. Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? [...] Hoje em dia é uma prova de honradez confessa a nossa pobreza. Sim, é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é apenas privada, mas de toda a humanidade. Surge aqui uma nova barbárie (BENJAMIN, 1996, p. 115).



Uma história que não pode ser narrada, colocada em palavras, não é passível de ser comunicada e, portanto, de nada serve. Sentido algum pode ser retirado dela. Eis aqui que reside a expressão da barbárie como uma política atroz de apagamento dos costumes, da cultura, dos lutos e lutas de um povo, uma vez que “Benjamin assinala que a experiência está em baixa. Ela também corre, junto com a narração, o perigo de extinguir-se. Isso se deve ao apagamento da tradição na modernidade, ao esquecimento dos ritos, das datas de exceção, dos feriados e das festividades; em suma, à escassez de experiências coletivas comunicáveis e plenas de sentido” (PEREIRA, 2006, p.64).

Este sistema anti-memorial tem produzido seres incapazes de narrar aquilo que acontecem com eles próprios na sua relação comunitária com a tradição que o formou. Trata-se de um desprendimento do indivíduo com a sua própria identidade cultural. Os relatos sobre o mundo ficam restritos as vivências isoladas e fragmentadas que os indivíduos conseguem capturar cognitivamente em razão de viverem cotidianamente uma

verdadeira “experiência de choque⁵”. Esse novo ambiente cultural produzido pelo capitalismo é o solo favorável para a realização por parte do Estado as políticas de esquecimento. Podemos pensar aqui em todas as tradições, a título de ilustração, que se apropriam da arte de narrar como forma de transmissão, produção e atualização da cultura, que tiveram, aliás, que ainda possuem, as suas vozes apagadas e/ou silenciadas por essa nova cultura criada em torno dos valores desumanizantes do capital.

Em outras palavras, o modo de vida da sociedade moderna capitalista produz o ambiente propício para a realização das políticas de esquecimento, que possui, em nosso entendimento, a sua expressão mais aterrorizante nos contextos políticos em que o Estado veste a farda do autoritarismo. Aqui qualquer narrativa que tenha que contestar a historiografia oficial, deve ser aniquilada. Para seguir a provocação do poema do Brecht, que apareceu como epígrafe deste trabalho, os contextos políticos repressivo “apagam os rastros”. Nestes contextos, temos a memória sendo bombardeada de modo traumático pelas destruições, torturas e assassinatos em massa realizados pelo Estado. E, muitas vezes, a maneira de “limpar a sujeira” é realizando de modo deliberado as políticas de esquecimento.



3. O ANIQUILAMENTO DA MEMÓRIA NO CONTEXTO POLÍTICO AUTORITÁRIO

É digno de nota, antes de qualquer consideração mais teórica de como o Estado político em sua forma autoritária e repressiva usa da força bélica para aniquilar a memória coletiva de um povo, que Walter Benjamin, não apenas presenciou de modo concreto os horrores da primeira e segunda guerra que marcou de modo definitivo a sociedade Europeia e mundial, como decidiu tirar a própria vida por não querer ser capturado na fronteira da França com a Espanha, com receio que as tropas franquistas alemães o capturassem.

⁵ É interessante sublinhar que o conceito de “experiência de choque”, que aparece no seu célebre ensaio *A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*, possui uma conexão direta com dimensão de trauma desenvolvida pela psicanálise freudiana, todavia, a fratura psíquica descrita pelo pensador ligado à Escola de Frankfurt é aquela que o nosso aparato cognitivo vai recebendo cotidianamente como esse modo de vida mecânico da sociedade moderna capitalista. A esse respeito Schlesener destacou que “A vida moderna nos coloca constantemente em situações de “choque”. A ideia do “choque” se funda na teoria freudiana do “choque traumático” e visa entender a vida moderna como exposição a constantes perigos resultantes da intensificação das situações de choque que se tornam constantes no cotidiano. Nessa situação, as pessoas passam a agir de forma automatizada e absorvem os “choques”. Essa mudança das circunstâncias e condições do aprendizado por meio dos “choques” evidencia uma transformação da dimensão perceptiva do homem moderno, vinculada a uma profunda dispersão subjetiva causada pelas condições da vida moderna” CF: SCHESENER, Anita Helena. *Arte e educação: Observações acerca da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica*. In *Cantare*: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia. Curitiba, v.6, pág. 7 – 28, 2014.

Não são apenas as reflexões presentes nos textos do filósofo de origem judaica, que felizmente não foram queimados pela típica censura e intolerância dos regimes autoritários, mas a sua própria trajetória de vida nos habilita a compreender do que se trata a política de esquecimento como aniquilamento que estamos a tratar. O seu destino trágico, assim como milhares de judeus que surgiram como coro dissonante dessa trágica ópera executada pelo nazismo, nos possibilitam ter dimensão de o quantas narrativas foram silenciadas, de como o esquecimento se confunde com barbárie.

Essa nova face da barbárie destacada por Benjamin, que em razão da pobreza de experiências vai apagando os conteúdos da memória, poderia ser facilmente enquadrada naquilo que Johann Michel denominou de política de “esquecimento como destruição”, pois ao apagarmos dos trilhos da história de um povo, ou seja, os seus bens culturais, estamos chancelando o próprio fim da arte de narrar. Não é por acaso que Benjamin assinalou que “não há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (BENJAMIN, 2013, p.13). O modo de vida produzido pelo sistema que se desenvolve a partir da exploração do trabalho humano vai diariamente esfacelando as experiências coletivas. A faculdade de intercambiar experiências vai atrofiando em razão das imagens de destruição que são capturas traumáticas pela percepção humana.

A constatação do filósofo a respeito desta nova expressão da barbárie se conecta diretamente com o cenário marcado pelo regime totalitário nazista que se instaurou na Alemanha. Esse ambiente político beligerante produziu, naqueles que presenciaram diariamente o horror da guerra, aquilo que Benjamin cunhou como “experiência de choque”. O pensador ilustrou essa experiência traumática diante da contemplação/participação do terror, dando como exemplo reais os soldados que voltaram vivos diante de tudo que viveram nas trincheiras. Como muito bem afirmou Benjamin, os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha, “mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (1996, p. 115).

Essa pobreza de experiência se intensifica nos regimes totalitários em razão da materialização da violência conseguir interromper o exercício faculdade de narrar. O silêncio costuma imperar quando estamos em face daquilo que é difícil de comunicar. As cenas de destruição de um lugar, as imagens dos assassinados e das práticas de tortura durante anos, produziram traumas naqueles que estiveram na linha de frente das guerras, na medida em que “no campo de batalha do homem contra a máquina é cultivada tão



somente a morte e a destruição de todas as coisas. É a própria humanidade que sucumbe em favor de uma nova barbárie, a do silêncio” (PEREIRA, 2006, 65). A filósofa Márcia Tiburi, em seus estudos intitulados *Reflexões do Tempo – sobre Walter Benjamin e a estrela cadente* (2000) destacou que:

a nova barbárie devoradora da experiência produz silêncio como violência, sobre o qual ela se sustenta enquanto finge que ele aplacaria toda dor. Este silêncio, ele mesmo violento, nascido do choque, é aquele que sustenta toda ideologia e que preside o diálogo mais aparentemente trivial e casual no qual um acordo está em princípio manifesto como que para evitar discussão (TIBURI, 2000, p. 89).

Esta experiência traumática das trincheiras é, como assinala Benjamin, aniquiladora da verdadeira experiência, ela não só reduz o corpo humano a uma massa informe – quando esse é atingido pelo inimigo – como também impossibilita àquele que dela retorna dizer alguma coisa sobre o que aconteceu. Conforme Jeanne Marie Gagnebin (2009, 59): “A Primeira Guerra manifesta [...] a sujeição do indivíduo à força impessoal e todo-poderosa da técnica que só faz crescer e transforma cada vez mais nossas vidas de maneira total e tão rápida que não conseguimos assimilar essas mudanças pela palavra”.

Esta experiência de choque que o frágil e minúsculo corpo humano teve que suportar ao contemplar as grandes indignidades humanitárias das guerras, produziu aos sobreviventes uma fratura psíquica tamanha que o silêncio é a exteriorização da sua própria desorientação diante da violência vivida. Com isso, o conteúdo material do vivido não passar a abitar para o reinado da memória, mas acaba por despencar no abismo do esquecimento. E esquecer pode ser compreendido como o movimento anti-memorial de se desprender da própria possibilidade de narrar as suas próprias histórias, numa conexão com a tradição cultural. Com a fratura da memória, ocasionada por esse contexto beligerante, ou temos um silêncio sepulcral de quem sobreviveu diante do horror da guerra, ou relatos desconectados de uma vivência que pouco diz sobre acontecido.

Podemos defender a tese, nesses termos, que os regimes totalitários e repressivos são inimigos da memória, da história, da tradição e das narrativas. Devemos ter em mente a diferença que contar algo não significa partilhar experiências. Podemos confirmar essa linha de pensamento no seguinte trecho:

O filósofo alemão, em apenas um parágrafo, constrói um relato preciso dos efeitos da Grande Guerra de 1914 sobre a geração que a vivenciou, bem como dos episódios do período Entre guerras, como a Crise de 1929 - e seus efeitos devastadores na Alemanha - bem como a ascensão dos



regimes nazifascistas pela Europa. O que chama a atenção na abordagem de Benjamin sobre a dissolução da experiência (cuja “cotação baixou”) a partir da barbárie é o fato de chamar a atenção para a mudez dos soldados que voltavam do front, mais pobres de experiência que pudessem ser compartilhadas. Os relatos - e aqui é fundamental a diferença que implicitamente o autor estabelece entre contar algo e partilhar experiências - dos livros do pós-guerra eram “tudo menos experiência contada e ouvida” (REBUÁ, 2015, p. 26).

Se os traumas psíquicos, ocasionados por uma verdadeira experiência de choque, nos impossibilitam de experienciar autenticamente o mundo – devemos lembrar que a experiência é a base material da arte de narrar –, então, o máximo que teremos serão relatos desconectados dos acontecimentos da história. As barbáries produzidas pelo regime totalitário criam uma espécie de “memórias vazias”, experiências destituídas de significado coletivo, relatos que não podem ser configurados como narrativas, sujeitos desprendidos do contexto e de todas as suas lutas históricas.

Não podemos esquecer que o objetivo central das chamadas políticas de esquecimento (nesses contextos em que Estado usa de força bélica para silenciar todos aqueles que sempre estiveram à margem do sistema) é aniquilar toda e qualquer possibilidade de reflexão que coloquem a história em um campo de disputa interpretativo. A violência exercida pelo Estado autoritário e fascista exterminam corpos, esvazia a faculdade de intercambiar experiências, apaga a tradição e silencia as narrativas. É por esse motivo na tese VIII de *Sobre o conceito de História*, publicado originalmente em 1940, ano de sua morte, Benjamin assinalou que precisamos pensar do ponto de vista ético em um novo conceito de história que privilegie a tradição dos oprimidos, se quisermos adquirir a clarividência filosófica de que o “estado de exceção” em que vivemos é, na verdade, regra.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Devemos chegar a um conceito de história que corresponda a essa situação. Nossa tarefa histórica consistirá, então, em suscitar a vinda do verdadeiro estado de exceção, melhorando assim nossa posição na luta contra o fascismo. O fato de seus adversários o enfrentarem em nome do progresso, tomando este por lei histórica, não é exatamente a menor das chances do fascismo. Não tem nada de filosófico assombrar-se pelo fato de as coisas que estamos vivendo “ainda” serem possíveis em pleno século XX. É um assombro que não nasce de um conhecimento, a não ser deste: que não se sustenta a ideia de história que provoca assombro. (BENJAMIN 1994, p. 226)

Contemplar passivamente a substituição das memórias trágica dos vencidos em detrimento do triunfo heroico dos vencedores, nestes termos, é decretar o próprio fim da



história. Torna-se fundamental pensar em um novo conceito de história, ou, expressando-se de maneira mais direta, em uma eficaz política de memória que se posicione eticamente no combate as políticas de esquecimento como aniquilação das experiências. Embora Benjamin esteja promovendo essas reflexões dentro do cenário específico de acessão do nazifascismo na Europa, podemos transpor essa linha de raciocínio, por exemplo, para as ditaduras na América Latina e no Brasil, que usaram dos mesmos mecanismos políticos para silenciar as narrativas insurgentes.

Neste ponto de vista, o exercício de recordação, seja por meio das produções filosóficas, científicas e/ou artísticas, não devem privilegiar a imagens monumentais da história exibida na tela da vida em prol da acomodação de poucos privilegiados, mas, acima de tudo, precisa deixar passar o filme que mostra os escombros que recaem injustamente sobre a cabeça dos vulneráveis. Devemos produzir uma política da memória, baseada em um método historiográfico que amplifique as vozes dos oprimidos na esfera pública, para combatermos de modo efetivo essa política do esquecimento.

Recordar para que consigamos reparar todas as injustiças do passado e do presente. Narrar para que as dores sirvam de aprendizado coletivo diante dos diversos traumas que o Estado político, em sua expressão autoritária ou social democrática, produziu e produz. É por esse motivo que Reyes Mate, no seu livro *Meia-noite na história: comentários sobre as teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história"*, afirmou que:

A recordação tem por objeto resgatar do passado o direito à justiça ou, caso se prefira, reconhecer no passado dos vencidos uma injustiça ainda vigente, isto é, ler os projetos frustrados de que está semeada a história, não como custos do progresso, mas como injustiças pendentes (MATE, 2011, p. 28)

Uma política da memória pensada sobre o prisma da filosofia benjaminiana deve deixar ecoar, por intermédio das construções narrativas contra-hegemônicas que disputam com os discursos da historiografia oficial, as vozes de todos os mortos e feridos que permanecem esquecidos nas ruínas da vida. Não podemos incorrer no “crime hermenêutico”, como muito destacou Carmo (2018, p. 135-6), de esquecer que “os mortos injustiçados e oprimidos continuam vivos em suas reivindicações, estas que “deveriam” ser reparadas, seja para as gerações do presente, seja para as gerações futuras”.

Todavia, se quisermos construirmos uma política da memória que tenha como compromisso ético a reparação histórica dos oprimidos, dos injustiçados, dos “condenados da terra”, daqueles que nunca usufruíram da liberdade, igualdade e fraternidade instituída



pelo pacto iluminista burguês precisamos nos atentar que as políticas de esquecimento também estão presentes nos sistemas políticos que supostamente defende a pluralidade, as liberdades individuais e apostam no aperfeiçoamento da humanidade a partir dos trilhos percorridos pela “locomotiva do progresso”.

Estamos nos referindo aqui, evidentemente, por tudo que expomos, da Social Democracia. A barbárie continua ecoando de modo deliberado pelo Estado, ainda que o mecanismo predominante da política de esquecimento seja o da manipulação, para usar da tipologia denominada por Johannn Michel. Tal mecanismo é utilizado para esconder os resíduos, ou manipular as narrativas que apontam os problemas sociais e políticos ocasionados pelo progresso.

4 A MAINUPAÇÃO DAS NARRATIVAS NO CONTEXTO POLÍTICO DA SOCIAL DEMOCRACIA

As considerações filosóficas de Walter Benjamin sobre o fim da arte de narrar (que produz um ambiente fácil para silenciar ou manipular as interpretações que realizamos sobre os fenômenos históricos) é produto, como procuramos expor na primeira parte deste ensaio, do modo de vida constituindo e imposto pela sociedade moderna capitalista. São os valores cultivados por essa “nova cultura da barbárie”, centrada na preponderância do indivíduo sobre o coletivo, na substituição da experiência pela vivência, da mudança da produção artesanal pela industrial, bem como da redução da humanidade as relações de trabalho, a grande responsável por apagar da memória coletiva as pegadas e os rastros históricos das injustiças no mundo. Lowy, no seu ensaio intitulado *Um materialismo histórico com estilhaços românticos: Walter Benjamin e Karl Marx*, afirmou que

Os operários e passantes, duas vítimas do mundo industrial e urbano, não podem mais viver uma experiência autêntica (*Erfahrung*) ligada à memória de uma tradição cultural histórica, mas somente uma vida imediata (*Erlebnis*) – e particularmente aquela do “choque” (*Chockerlebnis*) que provoca nestes um comportamento reativo similar àquele dos autômatos “que vivem as suas memórias completamente liquidadas”. (LOWY, 2019, p. 43).

Ao tentar decretar o fim da arte de narrar, com o esvaziamento ou liquidação da memória, o capitalismo vai produzindo ruídos para que ninguém ouça os gritos daqueles que nunca foram ouvidos e permanecem resistindo no tempo. Ele, o capitalismo, é o grande germe-anticivilizatório que a humanidade precisa expurgar. Os valores do capital são



inimigos da própria narrativa, principalmente aquelas procuram expor os assassinados e feridos dos escombros da história.

Nesse sentido, se quisemos avançarmos na construção de uma política da memória que proponha um método de interpretação da história que se comprometa em ouvir as vozes dos esquecidos, absolutamente nenhuma injustiça, nem um crime contra a humanidade deve passar despercebido, para que finalmente os mortos descansem em paz e que os vivos provem do justo sabor da reparação histórica. É digno de destaque que embora Benjamin esteja apresentando suas reflexões a partir do terreno político da Europa na primeira metade do século XX, marcados pelos regimes totalitários nazifascistas, a sua crítica estende-se também para as sociais democracias que seguem de maneira acrítica e dogmática os trilhos do positivismo e do progresso.

Diferentemente da perspectiva histórica marxiana que acredita que o desenvolvimento tecnológico produzira as condições materiais e culturais da superação do capitalismo, encontramos na filosofia benjaminiana uma preocupação com esse tipo discurso, pois, neles também encontramos em curso políticas de esquecimento. E um dos elementos centrais das sociais democracias é essa aposta positivista no progresso. Na tese XIII do seu celebre ensaio *sobre o conceito de história*, Walter Benjamin nos alerta que essa crença cega no progresso pode conduzir a humanidade há um tempo vazio, homogêneo, pobre de experiências transmissíveis.

A teoria e, mais ainda, a prática da social democracia foram determinadas por um conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade. Segundo os sociais democratas, o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimento. Em segundo lugar, era um progresso sem limites, ideia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano [...] A ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável da ideia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha. (BENJAMIN, 1994, p. 229)

As políticas de esquecimento não estão presentes apenas na violência nua e crua dos estados totalitários – que aniquilam literalmente pessoas, narrativas, histórias e a tradição cultural de um povo – mas também nos sistemas políticos que alimentam a crença moderna de que o conhecimento produzido pela humanidade é capaz de conduzir naturalmente ao aperfeiçoamento do gênero humano por intermédio do progresso tecnológico que o sistema capitalista impõe mediante o ordenamento social pelo trabalho.



As mazelas sociais são literalmente escamoteadas, abrandadas, flexibilizadas em face do sacrifício do progresso. É por isso que não podemos esquecer de modo algum que “o mal do progresso é o esquecimento” (MATE, 2011, p. 119).

A lógica de produção industrial orientada pelos valores do capital para obtenção irrestrita do lucro, que são movidas pela ilusão do progresso, leva os oprimidos a destinar a maior parte da suas horas, dias, anos e vida a buscar individualmente as condições materiais de subsistência, pois “segundo o autor [Benjamin], basta olharmos o ritmo de vida acelerado que foi implantado pelo capitalismo moderno e a velocidade do processo produtivo do trabalho industrial, para nos depararmos com a miséria humana e com a perda do patrimônio cultural da tradição” (SILVA, 2014, p. 119).

Não podemos deixar de mencionar que a arte de contar histórias brota de um ambiente completamente artesanal e, nesse sentido, numa lentidão que contrasta radicalmente com o ritmo apressado da modernidade. A própria transformação radical do modo de produzir, do artesanal para o industrial, acabou por subtrair o indivíduo do universo da tradição. A humanidade vai sendo “hipnotizada pelo canto da sireia do progresso” e, por conta disso, vai esquecendo de modo deliberado das barbáries cometidas pelo caminho. E o Estado social democrático, nesta batalha dessimétrica de forças, diante dos inúmeros mecanismos, intercede em favor daqueles que são beneficiados com os “resultados do progresso”, isto é, age em favor dos vencedores e não dos vencidos.

Não há um comprometimento dessa forma de organização política e social com as mudanças estruturais responsáveis pela produção das desigualdades e injustiças de todas as ordens. Agir em favor dos vencedores é permanecer exercendo a política de esquecimento. Nesse sentido, se quisermos construir de modo consistente uma política da memória, precisamos propor uma abordagem de interpretação que se desprenda efetivamente de uma “historiografia burguesa”, que em contextos específicos usam da força para aniquilar o grito dos vencidos, bem como essa “historiografia progressista, que simplesmente esquece das injustiças, em nome do desenvolvimento social da humanidade oriundo desse avanço tecnológico. Precisamos efetivamente de uma abordagem da história que adquira um sentimento de compaixão para os vencidos, e não empatia para com as classes dominantes. A esse respeito, Lowy sublinhou que:

O historicismo identifica-se de maneira empática (*Einfühlung*) com as classes dominantes. Ele vê a história como uma sucessão gloriosa de altos fatos políticos e militares. Elogiando-o os poderosos homenageando-os, o



historicismo outorga a eles o estatuto de herdeiros da história passada [...] ele participa – como esses personagens que levantam a coroa de louros acima da cabeça dos vendedores – “deste cortejo triunfal onde os mestres de hoje pisam nos corpos dos vencidos”. (LOWY, 2019, p. 126)

Ambas as formas de interpretar os fenômenos, nos leva a uma concepção de história homogeneia e vazia, tendo em vista que o ambiente cultural de onde as narrativas poderia brotar, são envenenados por uma concepção de aperfeiçoamento da humanidade que dogmaticamente entende que a evolução se ocorre de maneira linear. Como se o desenvolvimento da história estivesse submetido a uma lei natural que inevitavelmente irá nos conduzir a evolução da humanidade.

No texto *Walter Benjamin: crítica à ideia de progresso, história e tempo messiânico* (2015), professor Machado assinalou que uma proposta metodológica de compreensão da história, centrada em uma percepção filosofia benjaminiana, deve se desprender epistemologicamente da ideia de progresso. Diferentemente da imagem bela e encantadora que se faz do progresso, a partir daquilo que é produzido tecnologicamente para atender a comunidade da vida burguesa, essa mentalidade progressista que habita no coração das sociais democracias

Benjamin deixa claro sua proposta: “pode-se considerar um dos objetivos metodológicos deste trabalho demonstrar um materialismo histórico que aniquilou em si a ideia de progresso. Precisamente aqui o materialismo histórico tem todos os motivos para se diferenciar rigorosamente dos hábitos de pensamento burgueses. Seu conceito fundamental não é o progresso, e sim a atualização”. A questão é metodológica no sentido de como conceber a narrativa da história, mas ao mesmo tempo imediatamente política. O seu ensaio “Sobre o conceito de história”, foi escrito, como lembra Jeanne Marie Gagnebin, “sob o impacto do acordo de agosto de 1939 entre Stalin e Hitler, crítica duas maneiras aparentemente opostas de escrever a história (...)segundo Benjamin, a historiografia ‘burguesa’ e a historiografia ‘progressista’ se apoiam na mesma concepção de um tempo ‘homogêneo e vazio’(...) um tempo cronológico e linear” . Conforme o próprio Benjamin afirma no final da tese: “a ideia de um progresso da humanidade na história é inseparável de sua marcha no Interior de um tempo vazio e homogêneo. A crítica da ideia de progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha. (MACHADO, 2015, p. 03).

Se partirmos do pressuposto que a ideia que habita no coração das Sociais Democracias é a ideia de progresso, então, não cabe formularmos uma política da memória que não olhe com criticidade aos métodos de interpretação dos fenômenos históricos. As sociais democracias, que não possuem do ponto de vista prático nenhum comprometimento político com uma ruptura drástica com o modo de produção capitalista, vai contribuindo



para o definhamento da arte de narrar. Trata-se de um sintoma de decadência da era moderna que continua, em nome da “evolução social”, expulsando a narrativa da esfera viva do discurso coletivo.

Diante desta linha de pensamento, podemos afirmar que as sociais democracias acabam realizando deliberadamente as políticas de esquecimento na medida em que costumam classificar como “inimigos do progresso”, todas narrativas dos grupos à margem que evidenciam, por décadas das injustiças silenciadas no fluxo da vida, os custos dos avanços do progresso para a humanidade. E por isso que Carmo (2018, p 140) destacou que “não nos assombremos que numa época de tantos progressos, acontecem tantas barbáries, com vítimas civis e políticas desaparecidas pela bala, pela arma química, pela indiferença capitalista, pela desigualdade social, pelo descaso com o coletivo”.

Nesse sentido, se quisermos construir uma política da memória que se comprometa em reparar todas as injustiças históricas dos “condenados da terra”, precisamos reconhecer que a historiografia burguesa e progressista silencia os grupos mais interessados em modificar estruturalmente esse modo de vida que acompanha a locomotiva desenfreada do progresso. Parafraseando o próprio Benjamin, precisamos de uma política da memória que desconfie do progresso e que seja capaz de puxar os “freios de emergência” dos rumos da história. Se olharmos para os trilhos, veremos que há muitos mortos e feridos que nunca tiveram a chance de embarcar nesse trem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter conseguido evidenciar no decorrer desta reflexão que é fundamental que pensemos do ponto de vista prático em políticas que estabelecem um resgate da memória para que tenhamos a possibilidade efetiva de criarmos estratégia de combate as políticas do esquecimento ou da anti-memória realizadas pelo Estado, seja em sua face autoritária e repressiva, seja em sua face social democrática que macha em direção ao progresso. Como procuramos demonstrar no decorrer do texto, ambas – cada uma ao seu modo – contribuem para o aniquilamento das narrativas dos oprimidos, isto é, de todos aqueles que vivem à margem do pacto iluminista burguês.

Seguindo a linha de raciocínio proposto por Benjamin, vimos que o modo de vida cultivado pela sociedade moderna capitalista é literalmente o germe anticivilizatórios que vem ao longo do tempo produzindo um ambiente desfavorável para o surgimento de

peças que exercitem a arte de narrar. A faculdade de intercambiar experiências, isto é, de contar boas histórias que transmita os saberes de uma tradição, tem sido ao longo dos séculos atrofiada em razão dos indivíduos estarem perdendo a própria possibilidade de ter experiências (pensada aqui como *Erfahrung*). O que temos efetivamente são vivências (*Erlebnis*) individuais, solitárias, fragmentadas no tempo e no espaço, sobrepujando as relações intersubjetivas que estabelecemos de modo integral e comunitário uns com os outros no âmbito da cultura, no universo rico e simbólico da tradição.

A consequência direta disso, é o desprendimento dos indivíduos da sua própria história, pois essa “nova cultura” retira dos seres humanos a possibilidade de se relacionar com a cultura responsável por forjar o seu modo de ser, pensar, sentir e existir no mundo. Essa nova configuração social, desenhado por todos aqueles que se beneficiam com a lógica perversa do capital é a mais nova expressão da barbárie. Benjamin detende essa tese por reconhecer que de modo deliberado vai se apagando a cultura, os valores, a linguagens, os ritos e tradições que se constituíram historicamente com base nas narrativas, na cultura oral. Vivenciamos diariamente, com o “fim da arte de narrar” ou intercambiar experiências, em um cenário propício para a materialização das políticas de esquecimento.

Nos contextos marcados pelo autoritarismo, estamos pensando aqui em todo contexto político em que as liberdades foram suprimidas por meio da força bélica do Estado, são usados de inúmeros mecanismos para aniquilar toda e qualquer narrativa que tenha a pretensão de contestar as versões oficiais ou hegemônicas da história. Não se abre espaço para reinterpretar os fatos de modo diferente daquela memória imposta pelo Estado. Temos de modo literal a barbárie sendo exercitada mediante o aniquilamento de pessoas, discursos, narrativas, relatos e rastros que contestem o estado atual das coisas.

Ademais, os poucos sobreviventes desse ambiente aterrorizante, acabam silenciando por não conseguir comunicar tudo aquilo que vivenciaram diante do horror, ou, expressando-se em outros termos, a experiência de choque diante dos regimes totalitários contribui para o empobrecimento das experiências transmissíveis, para o esvaziamento da memória do ponto de vista coletivo.

Porém, ainda que a barbárie, pensada aqui como aniquilação da própria história, se mostre de maneira mais intensa nos ambientes políticos totalitários, ela também se materializa nas sociais democracias. Ainda que os sociais democratas se coloquem



politicamente como uma alternativa aos regimes totalitários, permanecendo tendo ações políticas por parte do Estado que apagam narrativas insurgentes. São realizadas deliberadamente ações de silenciamento das narrativas contra-hegemônicas que contrariam a crença no positivismo e no progresso da humanidade. Por haver uma tentativa de conciliação entre os que possuem os meios de produção e os que vendem a sua força de trabalho, entre opressores e oprimidos, a partir de uma crença acrítica no progresso, temos as narrativas que denunciam as injustiças históricas cometidas em nome do progresso sendo silenciadas.

Nesse sentido, se quisermos construir uma política da memória que tenha a pretensão de combater as políticas de esquecimento precisamos nos desprender dessas correntes de interpretação histórica, seja ela burguesa ou progressista, que não se comprometem do ponto de vista ético com as narrativas que retratam as injustiças do mundo, que se comprometa com as mudanças estruturais dessa sociedade, lamentavelmente, marcada por desigualdades e opressões das mais diversas ordens. Os regimes totalitários e as sociais democracias guiadas pelo progresso, nestes termos, permanecem impondo uma memória oficial que desconsidera as narrativas insurgentes dos “farrapos”, de absolutamente todos os grupos sociais que sempre estiveram à margem do pacto iluminista burguês capitalista, ou, em outras palavras, de todos os oprimidos.

Assim, o método hermenêutico de interpretação da história que se compromete eticamente em ouvir e amplificar as narrativas daqueles que estão à margem dos interesses do capital, pode se configurar como um importante antídoto de combate as políticas de esquecimento que permanecem ecoando na sociedade. Precisamos literalmente de uma compreensão hermenêutica que reescreva a história a contrapelo. E a crítica impiedosa de Benjamin ao capitalismo, ao autoritarismo, as sociais democracias, numa decisão política de se posicionar em favor dos oprimidos, parece ser configurar politicamente como um promissor ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO (1995), T.W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. 2ª Edição. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2020.

GUIMARÃES, José Luís de Barros. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN: A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA A PARTIR DO COMPROMETIMENTO ÉTICO COM OS VENCIDOS. p. 104-128.



ARAÚJO, Maria Paula Nascimento/ SANTOS, Myrian Sepúveda dos Santos. História, Memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. p 95-111. Dezembro 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio: Janne Marie Gagnebin – 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O anjo da história**. Organização e tradução: João Barreto. 2º ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CASTRO, Hedgar Lopes. Narrativa em Walter Benjamin: os problemas da história, da cultura e da contemporaneidade. **Cadernos Walter Benjamin**, Edição 16, p. 159-175, 2014.

DOREA, Joana de Conti. Cabra marcado pra morrer, de Eduardo Coutinho, e os efeitos de real no cinema Brasileiro. **Revista Poiesis**, n, 13, p.173.184, 2009.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Políticas de memória e políticas de esquecimento. **Revista aurora**, p.101-118, 2011.

GAGNEBIN, J. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2009.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin: o marxismo da melancolia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LOWY, Michel. **A revolução é o freio da emergência**: ensaios sobre Walter Benjamin. Tradução: Paolo Colosso – São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2019.

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Walter Benjamin: crítica à ideia de progresso, história e tempo messiânico. **III Seminário internacional da política de la memória**. Buenos Aries, Argentina, p 01-07, 2015.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo, RS; UNISINOS, 2011.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010.

PEREIRA, Marcelo de Andrade. Saber do tempo: tradição, experiência e narração em Walter Benjamin. **Educação & Realidade**, vol. 31, núm. 2, p. 61-78. 2006.

GUIMARÃES, José Luís de Barros. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN: A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA A PARTIR DO COMPROMETIMENTO ÉTICO COM OS VENCIDOS. p. 104-128.



SCHESENER, Anita Helena. Arte e educação: Observações acerca da obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. **InCantare: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**. Curitiba, v.6, pág. 7 – 28, 2014

SPIGA, Deborah. O passado como rememoração e redenção em Walter Benjamin. **Revista de Filosofia**, Amargosa -BA, v.20, n.3, p.164-181, 2020.

TIBURI, Márcia. Reflexões do Tempo – sobre Walter Benjamin e a estrela cadente. In: **Estudos Leopoldenses: Série Ciências Humanas**, Vol. 36, no. 157, 2000, p.73-94.



GUIMARÃES, José Luís de Barros. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA EM WALTER BENJAMIN: A REINTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA A PARTIR DO COMPROMETIMENTO ÉTICO COM OS VENCIDOS. **Kalagatos**, Fortaleza, Vol.16, N.2, 2019, p. 104-128.

Recebido: 07/2021
Aprovado: 08/2021



128